



Quatro ministros vão debater novo Código Florestal amanhã



Reserva legal de Mata Atlântica em Iporanga (SP): MP visa cobrir lacunas deixadas no código pelos vetos de Dilma

Comissão que analisa MP sobre o novo código ouvirá os ministros da Agricultura, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e das Cidades

A medida provisória editada em maio visa cobrir as lacunas deixadas pelos 12 vetos da presidente Dilma Rousseff ao Código Florestal aprovado pelos deputados e já transformado em lei. Em audiência pública no Senado, os ministros da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho; do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; e das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, falarão à comissão mista encarregada de analisar a MP antes de sua tramitação. **3**

Caso Demóstenes é retomado hoje 2

Consenso é um risco, diz filósofo 4

Senado recebe 390 pedidos de acesso à informação

No primeiro mês de vigência da Lei de Acesso à Informação, Senado já respondeu a 86% dos pedidos. Gastos com servidores, aposentadorias e folha de pagamento estão entre os assuntos mais solicitados. **4**



José Sarney, presidente do Senado, fala sobre Paraguai: situação do país vizinho é "péssima para toda a América do Sul"

José Sarney considera prazo de defesa dado a Lugo curto

Senado paraguaio aprovou *impeachment* de Fernando Lugo na sexta-feira. Para José Sarney, rapidez no processo deixou ex-mandatário sem amplo direito de defesa. **2**



Campanha do agasalho 2012

Movido a calor. Ajude a abastecer.

O prazo foi prorrogado. Doe agasalhos e cobertores até o dia 29 de junho.

Mais informações: www.senado.gov.br/senadosolidario



SENADO FEDERAL

Presidente do Senado brasileiro disse que mandatário do Paraguai, que sofreu *impeachment*, não teve amplo direito de defesa; processo foi aberto na quinta-feira e Senado do país o afastou no dia seguinte



José Cruz/ABR

Fernando Lugo, ex-presidente do Paraguai: *impeachment* após confronto com mortes

Prazo de defesa dado a Lugo foi curto, diz Sarney

AO COMENTAR A crise no Paraguai, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que o agora ex-mandatário daquele país, Fernando Lugo não contou com “amplo direito de defesa”, por causa da “celeridade” do processo de *impeachment*.

Sarney falou na sexta-feira pela manhã. À tarde, o Senado paraguaio aprovou o *impeachment* de Lugo.

A decisão de julgar o presidente se deu após um conflito entre policiais e camponeses duas semanas atrás que deixou mais de 15 mortos e foi aprovada rapidamente na quinta-feira pela Câmara dos Deputados do país, com 76 votos. Dos 80 parlamentares,

um apoiou o presidente e três se abstiveram.

Na sexta-feira, Lugo teve duas horas para se defender perante o Senado paraguaio, que em seguida decidiu que ele não continuaria no cargo. A oposição também é maioria no Senado.

Mercosul

Sarney lembrou a forma como aconteceu o processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor:

— Nós tivemos [um processo de *impeachment*] no Brasil. Seguimos todo o rito que a lei determinava, e o processo levou bastante tempo para ser concluído — disse.

Sarney considerou a

situação no Paraguai “pés-sima para a América do Sul”.

— E a preocupação não é de agora, pois já existem alguns países com práticas que não são comuns numa democracia. O caso paraguaio indica que alguma coisa está errada — disse.

Questionado sobre a posição que deveria ser adotada pelo Brasil, ele respondeu que o país deve defender os princípios democráticos estabelecidos na fundação do Mercosul.

O presidente do Senado observou que, inicialmente, o Paraguai não foi aceito nesse bloco porque na época o governo do país era uma ditadura.

Conselho de Ética vota hoje o caso Demóstenes

O Conselho de Ética do Senado vota hoje o relatório do processo contra Demóstenes Torres (sem partido-GO). O senador está sendo processado com base em denúncia de que trabalhou em conjunto com a organização criminosa comandada por Carlinhos Cachoeira, que está preso.

A votação do processo estava marcada para dia 18, mas o ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli determinou o adiamento da deliberação após mandado de segurança impetrado pelos advogados do senador. Por esse motivo, a reunião da segunda-feira passada

serviu apenas para a leitura da parte expositiva do relatório do Humberto Costa (PT-PE). O voto do relator só será conhecido hoje.

Caso o relator recomende a cassação de Demóstenes, o parecer do Conselho de Ética será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de cinco sessões ordinárias. A partir daí, o documento precisa ser decidido pelo Plenário, em votação secreta.

A expectativa do relator é de que a votação no Plenário aconteça no início do recesso

parlamentar, previsto para 17 de julho.

O quórum mínimo para a votação do relatório no Conselho de Ética é de nove senadores, segundo o Regimento Interno do Senado. O número representa a maioria absoluta, já que o conselho é formado por 15 membros mais o corregedor do Senado, que tem direito a voz e voto no colegiado. O voto no Conselho de Ética é nominal e aberto.

Antes da votação, Demóstenes terá um prazo de 20 minutos, prorrogável por mais 10 minutos, para se defender. A defesa poderá ser feita por ele ou pelo advogado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO: Sessão de discursos

14h A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores.

CDH: Estatuto da Cidade

9h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos debate os dez anos do Estatuto da Cidade.

CPI DA MULHER: Audiência pública

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra a Mulher realiza audiência em Curitiba.

CONSELHO DE ÉTICA: Relatório

18h O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar vota relatório de Humberto Costa sobre processo contra Demóstenes Torres.

TERÇA

CÓDIGO FLORESTAL: Ministros

8h Audiência pública com quatro ministros analisa a MP 571/12, que inclui mudanças no Código Florestal.

CDH: Violência no trânsito

9h A Comissão de Direitos Humanos debate a violência no trânsito e o Estatuto do Motorista Profissional.

CAE/CAS: Erradicação da pobreza

10h A erradicação da pobreza será discutida pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos

10h15 A comissão parlamentar de inquérito ouve três pessoas sobre venda de casa do governador de Goiás, Marconi Perillo.

CE: Enem obrigatório

11h A Comissão de Educação examina obrigatoriedade da realização do Exame Nacional do Ensino Médio.

QUARTA

CPI DO TRÁFICO DE PESSOAS: Debate

9h A comissão parlamentar de inquérito promove audiência com a participação de quatro ministros.

AVIAÇÃO CIVIL: Expansão do tráfego

9h Expansão do tráfego aéreo e implantação do sistema CNSA/ATM em debate na subcomissão temporária.

CCT: Produção científica

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática examina projeto sobre registro e disseminação da produção técnico-científica.

CAS: Férias proporcionais

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina, entre outros itens, projeto que trata de concessão de férias proporcionais. Em seguida, votação de emendas à LDO.

CE: Currículo nacional único

10h Audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte discute proposta de criação de currículo nacional único para a educação básica.

CCI: Combate ao abuso de crianças

10h Entre os itens da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projeto para ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos

10h15 A comissão parlamentar de inquérito que investiga esquema liderado por Carlinhos Cachoeira ouve ex-assessores do governador de Goiás, Marconi Perillo.

PRESIDÊNCIA: Código Penal

11h O presidente do Senado recebe o relatório da comissão de juristas encarregada do anteprojeto do Código Penal.

CMC: Avaliação da Rio+20

14h A Comissão Permanente sobre Mudanças Climáticas avalia a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

CRA: Emendas à LDO

14h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária se reúne para apreciação e votação de emendas ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAE/CAS: Farmacêuticos

9h As comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais debatem proposta sobre o trabalho dos farmacêuticos.

FGTS: Fundo de investimento

10h A Comissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço realiza audiência pública sobre o Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS).

CPI DO CACHOEIRA: DF na pauta

10h15 A comissão parlamentar de inquérito ouve Claudio Monteiro, Marcello Lopes e João Carlos Feitoza, ex-integrantes do governo Agnelo Queiroz (DF).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sarney elogia encarte e revista *Em discussão!* sobre a Rio+20

O presidente do Senado, José Sarney, parabenizou a equipe do Jornal do Senado e da revista *Em discussão!* pelas edições produzidas sobre a Rio+20 e os projetos em tramitação na Casa que tratam de meio ambiente.

— A qualidade e soma de informações reunidas nesse relevante trabalho é uma valiosa contribuição ao Brasil — elogiou.

O senador referiu-se ao 11º número da revista *Em discussão!*, lançada em 7 de junho, mostrando o que se podia esperar da Rio+20 a partir dos seus antecedentes históricos e das contribuições colhidas em mais de uma dezena de audiências nas comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A revista, projeto da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), é produzida pelo **Jornal do Senado** e está disponível em www.senado.gov.br/emdiscussao.

A equipe do jornal foi também parabenizada pelo encarte que teve como manchete “Meio ambiente é pauta permanente no Senado”, e que circulou junto com a edição de terça-feira da semana passada.

A publicação (www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_rio20.pdf) mostrou que a atenção dos senadores ao tema é constante, como demonstram as centenas de propostas, em tramitação, que dizem respeito à preservação ambiental.



Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente, participará da audiência



Aguinaldo Ribeiro, das Cidades, estará na reunião de amanhã



Mendes Ribeiro Filho, titular da Agricultura, também foi convidado



Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário, completa lista de ministros

Quatro ministros discutem novo Código Florestal amanhã no Senado

Medida provisória que altera o texto aprovado na Câmara dos Deputados resgata 14 pontos que haviam sido incluídos por senadores

A COMISSÃO MISTA que analisa a medida provisória (MP 571/12) que altera o novo Código Florestal (Lei 12.651/12) ouve amanhã os ministros do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho; do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; e das Cidades, Aguinaldo Ribeiro. Também foi convidado para a audiência pública o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams,

além dos presidentes da Embrapa e da Agência Nacional de Águas.

A MP foi publicada em maio para cobrir lacunas deixadas pelos vetos da presidente Dilma Rousseff no novo Código Florestal. Ao todo, são 32 alterações, das quais 14 são partes resgatadas do texto aprovado pelo Senado e depois modificado pelos deputados.

O relator na comissão mista, Luiz Henrique (PMDB-SC),

considerou corretos os vetos presidenciais e as modificações propostas na MP. Para ele, são ajustes que ampliam a proteção aos pequenos agricultores.

O senador tem repetido sua disposição de construir um relatório que seja fruto de diálogo e entendimento, mas seu desafio será acomodar os interesses que motivaram a apresentação de 696 emendas à medida provisória.

O parlamentar deve apresentar seu relatório em 4 de julho, e a previsão é de que o texto seja votado na comissão até 10 de julho. A comissão mista tem o deputado Bohn Gass (PT-RS) e o senador Jorge Viana (PT-AC) como presidente e vice-presidente, respectivamente, e é responsável por emitir parecer sobre a medida provisória antes do exame da matéria pelos plenários da Câmara e do Senado.

Dez pontos da medida provisória

- | | |
|--|--|
| 1. Estabelece princípios que devem nortear a proteção e o uso sustentável das florestas em harmonia com o desenvolvimento. Entre eles, o reconhecimento da importância da produção rural para manter a vegetação e vice-versa. | 6. Determina a suspensão imediata das atividades em área de reserva legal desmatada irregularmente após 22 de julho de 2008 e prevê o início da recomposição da área desmatada em até dois anos a partir da publicação da lei. |
| 2. Delimita as áreas de preservação permanente (APPs), como aquelas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, que devem ter raio mínimo de 50 metros. Também permite a aquicultura nas APPs e em imóveis rurais com até 15 módulos fiscais, desde que não haja novos desmatamentos. | 7. Cria o Cadastro Ambiental Rural (CAR), obrigatório para todos os imóveis rurais, visando ao planejamento ambiental e ao combate ao desmatamento. |
| 3. Determina regras para implantação de reservatório artificial destinado a geração de energia ou abastecimento d'água que cause impacto em APPs. | 8. Determina que, após cinco anos da publicação da lei, só seja concedido crédito agrícola a proprietários rurais inscritos no CAR e sem pendências com o código. |
| 4. Permite a exploração ecologicamente sustentável nos pantanais, devendo-se considerar as recomendações dos órgãos oficiais de pesquisa. | 9. Autoriza o Executivo a criar programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente e retira a limitação de prazo (180 dias a partir da lei) para que a medida seja adotada. |
| 5. Inclui no Código Florestal capítulo sobre uso ecologicamente sustentável de apicuns e salgados (áreas litorâneas) para carcinicultura e salinas. Assegura regularização das atividades implantadas antes de 22 de julho de 2008. | 10. Autoriza, em APPs, a continuidade das atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008, além de estabelecer regulamento para recompor a vegetação dependendo do tamanho das propriedades rurais. |

Comissão de Educação vota bolsa-artista nesta semana

A criação de uma bolsa para formação e aprimoramento de artistas volta amanhã à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e deve ser votada até o fim da semana.

O público-alvo da bolsa-artista, prevista em projeto de Inácio Arruda (PCdoB-CE), são artistas em processo de formação, com idade mínima de 12 anos. De acordo com

a proposta (PLS 404/11), para se habilitar ao benefício, concedido por um ano, o candidato deve encaminhar um plano anual de formação ou aprimoramento no campo

artístico e cultural em que atuar, contendo currículo, detalhamento das atividades e objetivos. A relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), é favorável ao projeto, e apresentou duas emendas, uma de redação e outra aumentando de 12 anos para 14 anos a idade mínima para habilitação à bolsa.

(Prouni) a estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em cooperativas educacionais. O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), apresentou voto favorável ao projeto e à emenda de Demóstenes Torres (sem partido-GO) que incluiu entre os beneficiários os alunos de instituições filantrópicas ou de escolas conveniadas com o poder público.

Enem e Prouni

Também está na pauta da comissão o PLS 696/11, de Anibal Diniz (PT-AC), que torna obrigatória a participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de todos os estudantes que concluírem o ensino médio. O relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), defende sua aprovação.

Outra proposta a ser analisada pela CE é o PLS 250/09, da então senadora Marisa Serrano, que assegura o acesso a bolsas de estudos do Programa Universidade para Todos

A CE deve discutir também o PLS 572/11, de Paulo Bauer (PSDB-SC), que propõe o registro, durante a matrícula nas escolas de educação básica, dos nomes das pessoas que, além dos pais ou responsáveis legais, estão autorizadas a entrar no colégio para tratar de assuntos de interesse do aluno. Segundo o relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a proposta dará maior segurança à comunidade escolar.

Os quatro projetos terão análise terminativa na comissão.



Artistas como os da Cia. Esquadrão da Vida Guerrilha do Bom Humor poderão financiar aprimoramento, segundo projeto

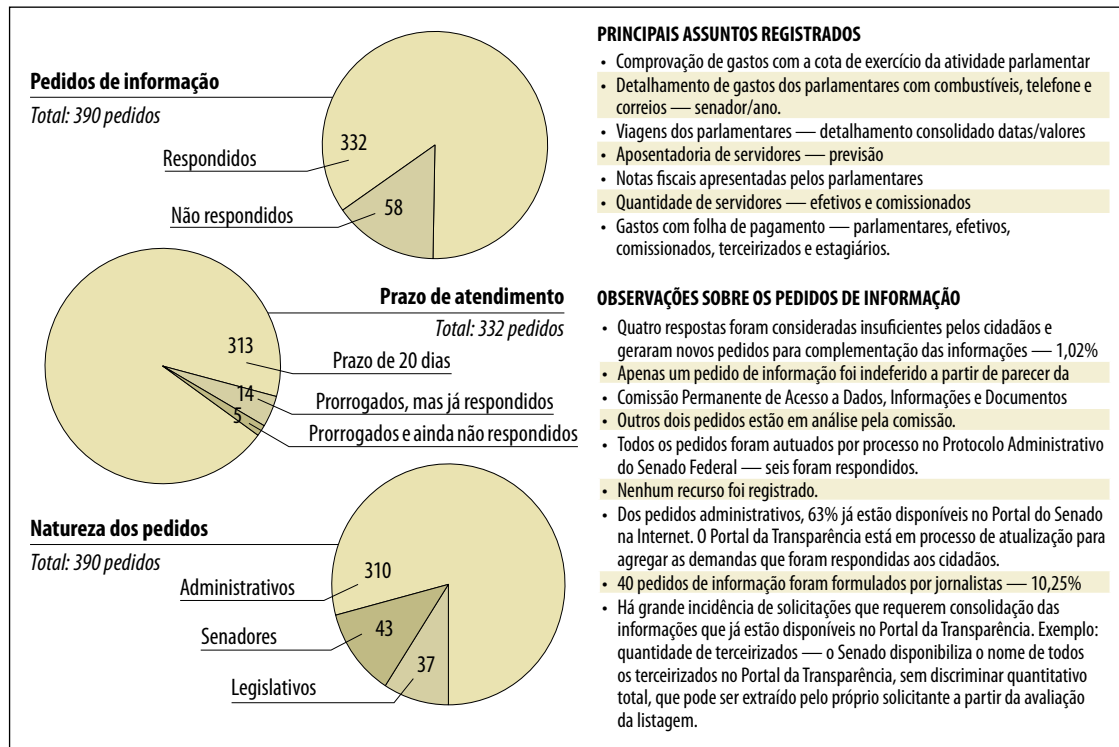
Relatório do primeiro mês de atendimento revela que 86% das solicitações já foram respondidas. Assuntos mais recorrentes são gastos relacionados a servidores, aposentadorias e folha de pagamento

Senado recebe quase 400 pedidos de informação

O SENADO DIVULGOU sexta-feira o relatório do primeiro mês de atendimento no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com base na Lei de Acesso à Informação. Foram recebidas 390 solicitações, das quais 86% já foram respondidas. O documento

classifica os pedidos em três classes: “administrativos”, “legislativos” e “senadores”. Entre os assuntos mais recorrentes estão a comprovação e o detalhamento de gastos relacionados a senadores, folha de pagamento e previsão de aposentadoria de servidores.

O serviço de atendimento do Alô Senado também tem recebido grande número de ligações. Em maio, por exemplo, os cidadãos enviaram 4.600 sugestões à comissão de juristas encarregada de elaborar propostas de reforma do Código Penal.



Filósofo defende confronto de opiniões na democracia

Na segunda conferência do Fórum Senado Brasil 2012, o filósofo Charles Girard, professor da Universidade de Paris-Sorbonne, defendeu a democracia contra a “sedução do consenso”, que, em seu ponto de vista, põe em risco os próprios objetivos do regime democrático. A palestra ocorreu na última quinta-feira. Segundo Girard, o resultado da Conferência Rio+20, abaixo da expectativa dos comentaristas, é um exemplo de como a busca insistente do consenso pode provocar imobilidade por falta de acordo. O silêncio da minoria pode aparentar consenso, quando na verdade é uma forma de evitar riscos ou uma pressão da opinião dominante. No entanto, concluiu o professor, para efeitos práticos,

é preciso na democracia encontrar um compromisso entre a legitimidade e a eficácia. Para o filósofo, são exigências próprias ao regime democrático que criam o desejo de unanimidade. A primeira é a de que cada indivíduo, como cidadão, tenha direito de ser reconhecido como igual aos outros. Segundo, o fato de que “o consentimento dos cidadãos é a fonte de todo poder legítimo”. Apesar disso, o consenso ameaça a democracia, defende Girard. Antes de se buscar o consentimento à decisão eleitoral da maioria, é preciso apoiar um debate político autêntico com representação equitativa de todos os grupos sociais. — Sem confronto de opiniões, o pensamento se torna dogma. Esperar que o consenso

se forme espontaneamente para agir é, na verdade, renunciar a agir, pois nas sociedades de massa contemporâneas, não existe unanimidade. É preciso que, na tomada de decisão, cada um possa defender seu interesse — disse. Girard acredita que, quando se estabelecem eleições livres, na verdade, se deseja alcançar o consenso, como se a maioria falasse por todos. Isso, no entanto, nega as opiniões minoritárias e as divergências que o voto revela. “O voto expõe clivagens e desacordos. O consenso unifica e homogeniza”, resumiu. O fórum vai até 7 de agosto. Os seminários começam às 19h no auditório do Interlegis e a entrada é gratuita. Inscrições pelo site www.senado.gov.br/senado/forumsenado2012.



Charles Girard (ao centro na bancada), da Sorbonne, discursa em fórum sobre os riscos do consenso para a democracia

CPI do Tráfico de Pessoas realiza audiência pública com quatro ministros de Estado

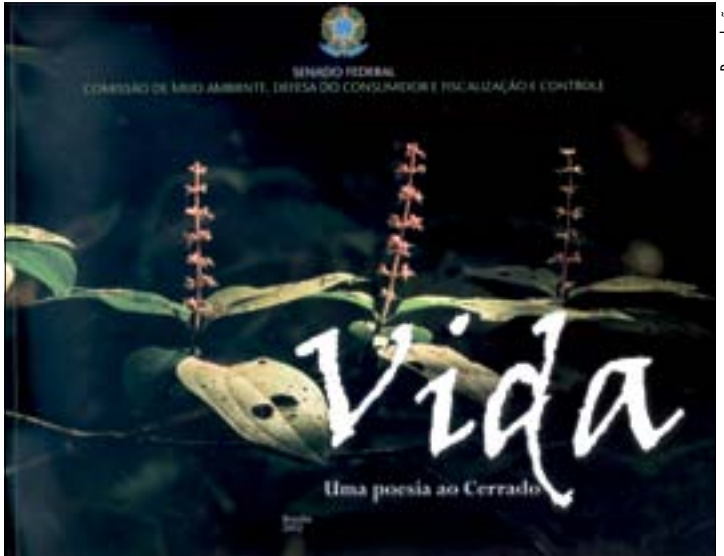
A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas realiza audiência pública nesta quarta-feira. O encontro deve contar com participação dos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo; da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello; e da Secretaria de Políticas

para as Mulheres, Eleonora Menicucci. A CPI foi instalada em abril do ano passado para investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis. A comissão é presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e tem como relatora a senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

Comissão parlamentar de inquérito discute em Curitiba violência contra mulheres

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga a violência contra as mulheres realizará hoje uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná, em Curitiba. O Paraná ocupa o terceiro lugar no país em número de homicídios de mulheres. Segundo o Mapa da Violência 2012, elaborado pelo Instituto Sangari em parceria com o Ministério da Justiça, 6,3 mulheres morrem assassinadas em cada grupo de 100 mil mulheres no estado. Foram convidados para a audiência de hoje o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfoury Neto; o secretário de Segurança

Pública do estado, Reinaldo Almeida Cesar; o secretário de Saúde, Michele Caputo Neto; a defensora pública-geral do estado, Josiane Fruet Lupion; e as titulares das secretarias da Família e Desenvolvimento Social e da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Fernanda Richa e Maria Gomes, respectivamente. A CPI já visitou sete dos estados que mais registram casos de violência contra a mulher, como Pernambuco, Mato Grosso, Espírito Santo e Alagoas. A CPI é presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e tem como relatora a senadora Ana Rita (PT-ES).



Livro com fotos do Cerrado foi elaborado pelo Jardim Botânico de Brasília

Gráfica mostra publicações do Senado enviadas para a Conferência Rio+20

Uma exposição no Corredor da Arte, na Gráfica do Senado, exhibe as publicações produzidas pela Casa para serem apresentadas e distribuídas na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O objetivo é mostrar aos servidores o que a Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) produziu para a conferência. A exposição pode ser vista até sexta-feira. Entre as publicações estão a revista *Em discussão!* e relatórios das comissões de Meio Ambiente (CMA)

e de Relações Exteriores (CRE) sobre as reuniões no Senado a respeito da Rio+20. Outra publicação traz textos de consultores legislativos sobre o tema. A mostra também apresenta livros impressos pela gráfica. *Arborização Urbana no Distrito Federal* traz fotos e explicações sobre espécies produzidas pela companhia urbanizadora da capital, a Novacap. *Vida — uma poesia ao Cerrado*, editado pelo Jardim Botânico de Brasília, expõe imagens do bioma, acompanhadas de textos de autoria da poetisa Cora Coralina.